

A construção de alianças entre os portugueses e os índios missioneiros durante as tentativas de demarcação do Tratado de Madri

Elisa Frühauf Garcia*

Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo RS,
Seminário Temático *Os Índios na História: Fontes e Problemas*, 15-20 de julho de 2007

Favor citar corretamente!

Resumo: Durante as tentativas de demarcação do Tratado de Madri na região sul, o general Gomes Freire de Andrada, instruído por Sebastião José de Carvalho e Melo, desenvolveu uma política de atração da população missioneira para os domínios portugueses. Em alguns encontros com os índios durante o conflito conhecido como "guerra guaranítica" (1754-1756), assim como depois da sua entrada nos povos, Gomes Freire se valeu de todo um cerimonial característico da sociedade de Antigo Regime visando demonstrar aos missioneiros a maior "bondade" e "justiça" dos portugueses se comparados aos espanhóis. Pretende-se, a partir das fontes consultadas, perceber como o general colocou em prática a sua estratégia e quais foram as respostas da população indígena, considerando-se que uma parte desta seguiu os portugueses após a sua retirada das missões.

Palavras-chave: índios guaranis – Tratado de Madri – política pombalina

Abstract: During the attempts of shaping the Treaty of Madrid in the Brazilian South, general-in-arms Gomes Freire de Andrada, instructed by Sebastião José de Carvalho e Melo, developed a policy of attracting the population from the Jesuit missions to the Portuguese dominions. In some meetings with the Indians during the conflict known as the Guaraní War (1754-1756), so as after its conquest of the missions, Gomes Freire took as instrument a whole ceremonial code characteristic from Ancient Regime society soothing to demonstrate for the indigenous population from the missions the bigger "kindness" and "justice" of the Portuguese if compared to the Spaniards. Based on the referred sources, the intention is to analyse how the general played his strategy and what were the responses from the indigenous people.

Keywords: Guarani Indians – Treaty of Madrid – Pombal policy

Em janeiro de 1750, as coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madri, através do qual pretendiam resolver as suas seculares contendas relativas aos limites entre as suas possessões ultramarinas. Para a região sul da América, ficou estabelecida a troca entre a

* Doutora em História Moderna, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Colônia de Sacramento, da parte de Portugal, pelo território dos Sete Povos das Missões, do lado espanhol. De acordo com os termos do tratado, os índios deveriam abandonar as suas reduções, podendo levar consigo seu bens móveis e semoventes, porém deixando para os lusitanos as suas terras e benfeitorias.

Para efetivar as demarcações, a coroa portuguesa designou como comissário geral o governador do Rio de Janeiro, general Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela. Para execução desta tarefa, Gomes Freire permaneceu durante sete anos na América meridional, de 1752 até 1759.

A execução do Tratado de Madri no sul na América ficou célebre pela oposição à demarcação por parte dos guaranis de algumas reduções, ocasionando uma série de confrontos entre as milícias indígenas e os exércitos ibéricos, conflitos estes que ficaram conhecidos na historiografia como "guerra guaraníca" (1754-1756). Em decorrência disto, a maior parte das análises sobre a execução do tratado ficou centrada na chamada "guerra guaraníca", deixando em segundo plano outros aspectos daquela conjuntura histórica, principalmente no que concerne aos relacionamentos construídos naquele contexto entre os missioneiros e os portugueses.

Nesse sentido, ainda permanece na historiografia uma visão muito esquemática da relação dos índios com os exércitos ibéricos, principalmente com os portugueses. Durante o século XVII, as reduções foram alvo de ataques constantes dos "bandeirantes", sendo que inclusive alguns povos tiveram de ser abandonados e transmigrados para regiões menos acessíveis aos paulistas¹. Por conta destes ataques, os missioneiros receberam autorização para possuírem armas de fogo, com as quais poderiam se defender dos "mamelucos del Brasil", como eram conhecidos os paulistas. Assim, ao longo da experiência missioneira, a população reduzida desenvolveu um processo de formação da sua identidade em oposição aos portugueses (NEUMANN, 2000). Esta identidade, apesar de estar baseada na experiência histórica sumariamente descrita acima, também era constantemente recriada no cotidiano das missões através de várias maneiras, entre as quais representações teatrais (HAUBERT, 1990: 281).

Este passado de conflitos, por sua vez, justificou abordagens pouco criteriosas que, a partir desta oposição, consideravam improvável algum tipo de relacionamento, a não ser

¹ Sobre os ataques dos bandeirantes às missões veja-se: MONTEIRO, 1994: 57-98 e MÖRNER, 1968: 48-59.

os estritamente bélicos, entre os missioneiros e os portugueses. No entanto, as coisas se passaram de maneira mais complexa, não apenas porque os índios não eram "prisioneiros" deste tipo de oposição esquemática, mas também porque os lusitanos desenvolveram uma política de atração da população missioneira, baseada na oferta de uma série de benefícios, tanto materiais quanto simbólicos.

Antes do início da demarcação do tratado, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, enviou uma carta para Gomes Freire na qual o instruíra acerca do modo pelo qual deveriam ser tratados os missioneiros, visando atraí-los para os domínios de Portugal. O intuito de tal incentivo era transformar os índios em súditos do Rei Fidelíssimo, garantindo assim vassalos para a ocupação do território em disputa. Segundo a missiva, Gomes Freire deveria observar atentamente como era a vida dos guaranis nas missões, a fim de oferecer-lhes melhores condições junto aos portugueses:

examinando as condições que lhes fazem [aos índios] os padres da Companhia espanhóis, e concedendo-lhes outras à mesma imitação, que não só sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos domínios de Portugal antes do que nos de Espanha².

Carvalho e Melo ainda expunha que deveriam ser extintas todas as diferenças entre os missioneiros e os portugueses, assim como incentivados os casamentos mistos entre as filhas daqueles e os lusitanos. Os filhos gerados nestes consórcios seriam tidos como naturais do Reino, aptos a ocupar qualquer cargo e a receber todas as honrarias, não sendo passíveis, portanto, de nenhuma restrição pela sua ascendência indígena. Também proibia a "ridicularização" dos missioneiros e dos seus descendentes através da utilização de termos pejorativos como: "bárbaros, tapuias, e a seus filhos mestiços e outras semelhantes antonomásias de ludíbrio e injúria"³, como era costume acontecer.

Seguindo as diretrizes emanadas da corte, visando modificar a "má fama" dos lusitanos junto aos índios e, conseqüentemente, atraí-los para os domínios de Portugal, Gomes Freire desenvolveu uma política chamada genericamente de "bom tratamento". Por

² Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do Tratado Preliminar de Limites, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750. Lisboa, 21 de setembro de 1751. In: MENDONÇA, 1960: 188.

³ Idem.

esta, não apenas o general, mas também todos os integrantes das tropas portuguesas, deveriam tratar os missioneiros da maneira mais "amiga" possível, de modo a mostrar como estes estavam enganados sobre aqueles. Assim, durante a campanha, Gomes Freire recebia pessoalmente os índios que se dirigiam ao acampamento português, no qual eram tratados com toda a cortesia⁴.

Em fevereiro de 1756, os índios rebelados foram derrotados pelos exércitos ibéricos coligados na batalha de Caiboaté, após a qual as tropas entraram nos povos. Num primeiro momento, ambas ficaram estabelecidas em São Miguel. Posteriormente, os espanhóis acamparam na redução de São João e os portugueses na de Santo Ângelo. Gomes Freire aproveitou o período no qual o exército português permaneceu no território das missões para desempenhar a sua política de atração dos índios com maior profundidade, aproveitando-se da intensa convivência com estes.

No relato "História da transmigração dos Sete Povos Orientais", escrito em 1760, o jesuíta Juan de Escandón fornece informações detalhadas sobre as diferenças no comportamento dos dois exércitos quanto ao tratamento dispensado aos índios e sobre o período no qual os portugueses permaneceram em Santo Ângelo. Para o autor, as dessemelhanças começaram já no momento de divisão do butim de guerra, ou seja, na repartição entre os soldados dos bens das reduções. Enquanto os espanhóis agiram como de praxe, efetuando a divisão, Gomes Freire não permitiu que os lusitanos fizessem o mesmo. No momento da divisão, o general:

protestou de público, em nome de seu Rei, no de seu próprio e no de todos os soldados lusos, que expressamente renunciava em favor dos infelizes índios a todos os bens móveis que lhe poderiam caber dos despojos daquele Povo, dizendo que o exército luso por enquanto se dava por contente com a glória de haver vencido (ESCANDÓN, 1983[1760]: 349).

Note-se que Gomes Freire não apenas não permitiu a divisão do butim entre os portugueses, mas fez questão de dizê-lo em alto e bom tom, transformando a sua atitude numa arma política. Ele aproveitou aquela situação para demonstrar aos índios a pretensa superioridade dos portugueses em relação aos espanhóis, através de uma representação

⁴ Há várias referências sobre o "bom tratamento" dispensado aos índios por Gomes Freire, principalmente quando estes se dirigiam ao acampamento português. Veja-se, por exemplo: HENIS, 2002 [1754]: 34.

cuidadosamente planejada⁵. A sua estratégia parece ter dado resultados. A notícia da diferença de tratamento concedida aos índios pelos lusitanos e castelhanos se espalhou pelos demais povos:

elas correram célebres como notícias pelos Povos, acompanhadas da compaixão, do carinho, agasalho e bons modos, com que os portugueses todos tratavam de maneira uniforme a todos os índios. Valia isso dos chefes, cabos e soldados, principalmente desde que, já aquartelados todos com o seu Gomes Freire em Santo Ângelo, os índios os viam não lhes fazendo nenhum vexame nem moléstia (ESCANDÓN, 1983[1760]: 350).

Juntamente com estas notícias do "bom tratamento" dispensado aos índios pelos portugueses, a atitude dos espanhóis parece ter sido inversa, pois além de pilharem as suas partes, ainda ficavam com as que os lusitanos haviam aberto mão (ESCANDÓN, 1983 [1760]: 351). Segundo Escandón, passaram então os missioneiros a comparar os portugueses "antigos" com os "atuais": "embora os portugueses antigos de fato tinham sido péssimos e mortais inimigos de sua nação de guaranis e tapes, agora contudo os modernos e atuais já não eram senão pessoas muito boas e amantes dos índios" (ESCANDÓN, 1983 [1760]: 351).

Os portugueses, seguindo as diretrizes de Sebastião José de Carvalho e Melo, ofertavam presentes aos índios, os soldados se ofereciam para casar com as mulheres, tratavam os missioneiros sem soberba, mas sim "de igual para igual" e pagavam os produtos que necessitavam. No entanto, segundo Escandón, o elemento mais importante nesta política era o fato dos lusitanos não obrigarem os índios a passarem para o outro lado do rio Uruguai. Gomes Freire, por sua vez, também sempre tentava se mostrar magnânimo, perdendo os missioneiros, principalmente quando os espanhóis pretendiam castigá-los (FARIA, 1999 [1750-1761]: 501).

Neste período, ocorreu o aniversário do rei de Portugal, Dom José I, ocasião celebrada com as devidas festividades, das quais participaram os oficiais portugueses e espanhóis. Para animar a festa, foram chamados índios músicos, os quais:

mandou o nosso general tratar com muita grandeza. Lhes deu mesa pública e vários mimos, com que se retiraram muito contentes, dizendo que não pode haver

⁵ Sobre a representação que os atores fazem de si durante as suas relações sociais veja-se: GOFFMAN, 1975.

no mundo gente de tanto agrado, bom coração e liberdade como os portugueses. E que agora era que nos conheciam bem, porque sempre andaram enganados. E que, à vista de nós, nada valem os castelhanos, porque são muito pobres e maus, e nós muito ricos e bons (FARIA, 1999 [1750-1761]: 509, grifos meus).

O aniversário do Rei Fidelíssimo era uma ótima oportunidade para demonstrar, com toda a pompa e circunstância que o momento requeria, a grandeza e a benignidade do rei português. Segundo Rodrigo Bentes Monteiro: "as festas na América portuguesa afirmavam-se como um reforço do poder monárquico bragantino", o que conforme o autor significava: "a maior conscientização da realeza portuguesa, no referente à sua função colonizadora no ultramar americano" (MONTEIRO, 2001: 146)⁶. Ou seja, no contexto da monarquia portuguesa, foi justamente neste período que as festas, principalmente as vinculadas diretamente à figura do rei, passaram a ser pensadas de forma consciente como um importante instrumento da colonização, durante as quais era demonstrada e recriada a fidelidade à monarquia portuguesa⁷.

A festa adquiria neste contexto um sentido de impressionar estes índios, para que eles não apenas se mostrassem interessados pela coroa portuguesa, mas passassem a desejar as ofertas de mudança de vassalagem. Dessa forma, a partir da "pompa e circunstância" demonstrada no cerimonial, o rei de Portugal competia em grandeza com o monarca espanhol, competição que deveria reverter na atração de novos vassalos. Caso os índios aceitassem as ofertas, assim queria indicar o cerimonial, passariam a ser, também eles, vassalos de um monarca "tão generoso", sendo partícipes nestas comemorações. Esta possibilidade era ainda mais sedutora na medida em que os portugueses lhes estavam prometendo os casamentos mistos, nos quais os filhos gerados seriam tidos por iguais aos naturais do Reino.

Conforme as respostas dadas pelos índios ao tratamento dos lusitanos, nas suas comparações entre os portugueses antigos e atuais e entre estes e os espanhóis, pode-se perceber como os guaranis estavam participando ativamente das propostas de Gomes Freire. Assim, a questão não é se eles pensavam ou não desta maneira, mas sim que

⁶ Para uma análise das festas no período do governo de Gomes Freire de Andrada veja-se: MONTEIRO, 1993.

⁷ Segundo Abner Cohen: "As cerimônias de autoridade não só refletem essa autoridade como servem para criá-la e recriá-la permanentemente" (COHEN, 1978: 11).

dialogaram com as propostas do general. Afinal, estas eram sedutoras, vinham ao encontro de muitos dos seus anseios, principalmente o de não efetuar a transmigração para o outro lado do rio Uruguai. Neste sentido, responderam justamente o que o general queria ouvir, participando da sua representação e mostrando-se bastante hábeis na construção de uma aliança que lhes garantiu vantagens.

Através das declarações dos índios percebe-se como, naquele contexto no mais das vezes desfavorável, uma parte dos missioneiros repensou a sua trajetória histórica de contato com os portugueses e espanhóis, reformulando as concepções que orientavam a sua aliança tradicional com os segundos e inimizade com os primeiros. Assim, a iminência da perda dos seus povos e o acampamento dos exércitos ibéricos nestes, foi percebido não apenas como um momento difícil e de perda, mas também reformulado no sentido de ganhos futuros, através da utilização das propostas lusitanas⁸.

A partir do diálogo desenvolvido ao longo das tentativas de demarcação do Tratado de Madri, uma parte dos missioneiros selou uma aliança com os portugueses, que resultou na mudança de cerca de três mil índios para os domínios do Rei Fidelíssimo. Como novos vassalos de Portugal, se posicionaram como pessoas que tinham escolhido a mudança de soberania e souberam cobrar dos portugueses as promessas feitas naquela ocasião.

Referências bibliográficas:

COHEN, Abner. **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

ESCANDÓN, Juan de. **História da transmigração dos Sete Povos Orientais**. São Leopoldo/RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983 [1760].

FARIA, José Custódio de Sá e. *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)*. In: GOLIN, Tao.

A guerra guaraníca: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete

⁸ Joanne Rappaport, ao estudar a consciência história dos Páez da Colômbia, demonstra como para aquele grupo a história era constantemente reformulada a partir de questões colocadas pelo presente, quando os índios utilizavam o passado para repensar as suas condições atuais e planejar o futuro (RAPPAPORT, 1990: 1-25).

Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, EDIUPF; Porto Alegre, UFRGS, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1975.

HAUBERT, Maxime. **Índios e jesuítas no tempo das Missões.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HENIS, Pe. Tadeo. **Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraní, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año de 1754.** Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Entre festas e motins: afirmação do poder régio bragantino na América portuguesa". In: JANCÓS, István & KANTOR, Íris. **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa.** São Paulo: Hucitec; EDUSP, 2001.

_____. **O teatro da colonização: a cidade do Rio de Janeiro no tempo do Conde de Bobadella (1733-1763).** Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MÖRNER, Magnus. **Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata: la era de los Habsburgos.** Buenos Aires: Paidós, 1968.

NEUMANN, Eduardo. *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757*, **Revista Complutense de História de América.** Madri, 2000. n.26.

RAPPAPORT, Joanne. *Introduction: Interpreting the Past.* In: _____. **The Politics of Memory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.